

Análise dos resultados

O uso no suplemento da PNAD 2004 da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA, permitiu classificar os domicílios, segundo quatro categorias de condição de segurança alimentar: Segurança Alimentar (SA), Insegurança Alimentar leve (IA leve), Insegurança Alimentar moderada (IA moderada) e Insegurança Alimentar grave (IA grave).

A seguir são apresentadas as prevalências de SA em domicílios particulares no Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. É descrito o perfil de segurança alimentar no Brasil e Grandes Regiões utilizando-se as variáveis: situação dos domicílios (urbana e rural), composição da unidade domiciliar, segundo a existência ou não de moradores menores de 18 anos de idade, número de moradores, sexo da pessoa de referência, rendimento domiciliar *per capita* e recebimento de transferência de renda de programa social do governo. Descrevem-se, também, as proporções da população residente nas categorias de condição de segurança alimentar, na mesma estratificação territorial utilizada para analisar as prevalências de SA nos domicílios e considerando-se as faixas etárias e a cor ou raça dos moradores e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*.

Segurança alimentar no Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

Em 65,2 % dos cerca de 52 milhões de domicílios particulares estimados pela PNAD, residiam pessoas em situação de Segurança Alimentar (SA), ou seja, seus moradores tiveram acesso nos 90 dias prévios à data da entrevista, aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas e sequer se sentiam na iminência de sofrer qualquer restrição no futuro próximo. A pesquisa permitiu estimar que em domicílios com segurança alimentar moravam 60,2% dos moradores em domicílios particulares do País, o equivalente a 109 milhões de pessoas. Por outro lado, nos outros 34,8% dos domicílios em situação de insegurança alimentar (IA), residiam, aproximadamente, 72 milhões de pessoas (39,8% dos moradores em domicílios particulares), ou seja, viviam em unidades domiciliares nas quais a condição de IA leve, moderada ou grave estava presente (Tabela 2).

Eram 12,3% e 6,5% os percentuais de domicílios onde residiam pessoas com insegurança alimentar moderada e grave, respectivamente, conforme mostra, também, o Gráfico 1. Foram classificados como IA grave, os domicílios em que a restrição alimentar era de tal magnitude que cerca de 14 milhões de pessoas conviveram com a experiência de passar fome, com frequência que pode ter sido “em quase todos os dias”, “em alguns dias” ou “em um ou dois dias”, nos 90 dias que antecederam à data da entrevista. Deve-se enfatizar que esta situação está, na forma como foi medida, relacionada à falta de recursos dos moradores para a aquisição de alimentos. A IA moderada ou grave, que significa limitação de acesso quantitativo aos alimentos, com ou sem o convívio com situação de fome, ocorreu em 18,8% dos domicílios, nos quais viviam 39,5 milhões de pessoas (Tabela 2).

Tabela 2 - Domicílios particulares e moradores em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio - Brasil - 2004

Situação de segurança alimentar existente no domicílio	Domicílios particulares			Moradores em domicílios particulares (1)		
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
Números absolutos						
Total (2)	51 802 121	43 820 614	7 981 507	181 428 807	150 529 088	30 899 719
Com segurança alimentar	33 754 206	29 242 599	4 511 607	109 190 429	93 721 824	15 468 605
Com insegurança alimentar	18 024 439	14 556 572	3 467 867	72 163 886	56 736 950	15 426 936
Leve	8 308 975	6 923 966	1 385 009	32 645 194	26 697 916	5 947 278
Moderada	6 364 308	5 003 621	1 360 687	25 596 991	19 561 233	6 035 758
Grave	3 351 156	2 628 985	722 171	13 921 701	10 477 801	3 443 900
Números relativos (%)						
Total (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com segurança alimentar	65,2	66,7	56,5	60,2	62,3	50,1
Com insegurança alimentar	34,8	33,2	43,4	39,8	37,7	49,9
Leve	16,0	15,8	17,4	18,0	17,7	19,2
Moderada	12,3	11,4	17,0	14,1	13,0	19,5
Grave	6,5	6,0	9,0	7,7	7,0	11,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

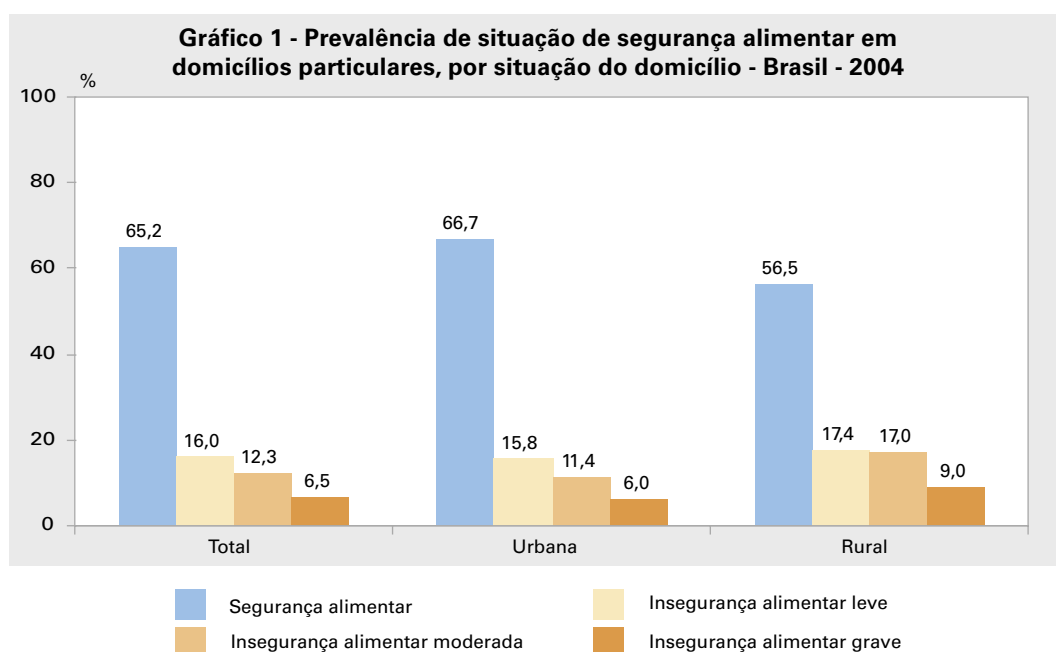
(1) Exclui os moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (2) Inclusive os domicílios sem declaração de situação de segurança alimentar

No meio rural estava a maior prevalência domiciliar de IA moderada ou grave (Gráfico 1) e, também, a maior proporção de população vivendo nessa condição. Enquanto na área urbana 11,4 % e 6% dos domicílios estavam em condição de IA moderada e grave, respectivamente, no meio rural, as prevalências eram 17% e 9%, respectivamente (Tabela 2). Cerca de 9,5 milhões de pessoas moradoras em áreas rurais viviam em domicílios com restrição quantitativa de alimentos, ou seja, em IA moderada ou grave, e 3,4 milhões delas conviveram com a experiência de fome, nos 90 dias prévios à data da entrevista (Tabela 2). Esses números em área urbana eram cerca de 30 milhões e 10 milhões, respectivamente.

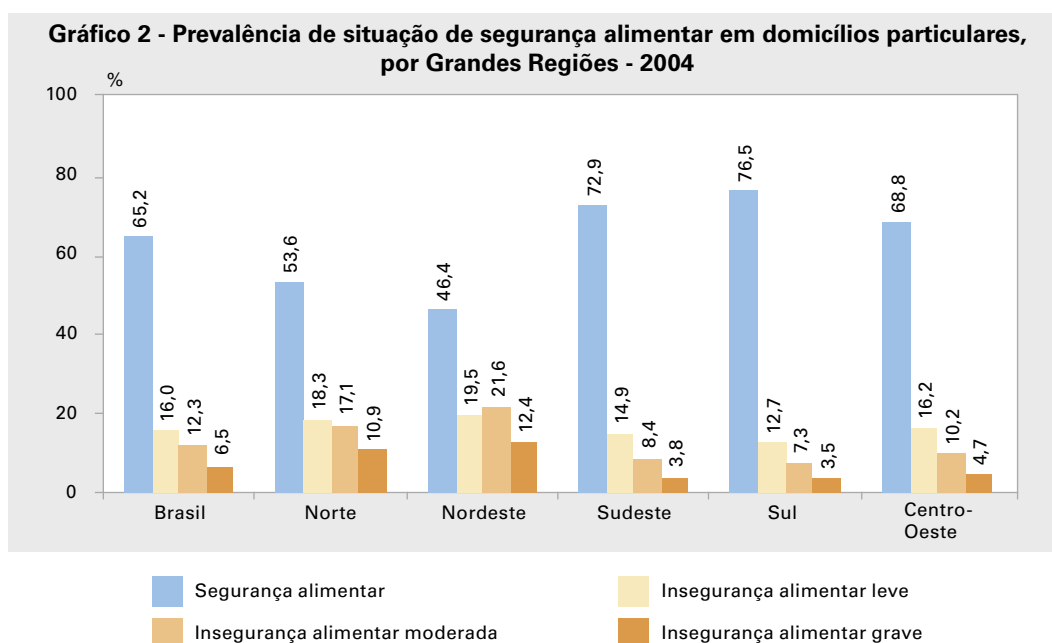
As prevalências de insegurança alimentar nas cinco Grandes Regiões do País, apresentadas no Gráfico 2, ratificam a conhecida desigualdade entre as regiões brasileiras. Esse gráfico mostra que no Sul do Brasil mais de 75% dos domicílios tinham garantido seu acesso à alimentação, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos. No Norte e Nordeste isto ocorria para cerca de 50% dos domicílios, sendo que nessas duas regiões a restrição quantitativa grave de alimentos (IA grave) ocorria em 10,9% e 12,4% dos domicílios, respectivamente. Comparando com a situação dos domicílios do Sul, a prevalência de IA grave no Norte e Nordeste foi 3,1 e 3,6 vezes maior. Das quase 14 milhões de pessoas moradoras em domicílios brasileiros em condição de IA grave, no período de referência da pesquisa, cerca de 7 milhões (Tabela 4), ou seja, 52% residiam no Nordeste, região que concentrava apenas 28% da população do Brasil.

A desigualdade regional é confirmada mais uma vez quando é analisada a situação de residência da população, se urbana ou rural. No Norte e Nordeste a insegurança alimentar grave apresentou proporções mais elevadas na área rural, enquanto no Sul, Sudeste e Centro-Oeste ocorreu o inverso, a insegurança grave foi detectada

em maiores proporções nas áreas urbanas, como mostra o Gráfico 3. A proporção da população rural do Nordeste com IA grave era de 17,1%, *versus* 13,2% da população urbana, sendo que a Região Norte apresentou menor diferença entre esses percentuais: 14,4%, na área rural; e 12,7%, na urbana. Nas demais regiões, onde essa relação se inverte, a proporção de população rural vivendo em domicílios em condição de IA grave foi substancialmente menor, tendo sido a maior, 4,2%, observada no Centro-Oeste, seguido do Sudeste, com 3,8%, e Sul, com 2,6%. Cabe destacar ainda que, em números absolutos, os domicílios particulares na condição de insegurança moderada ou grave em áreas urbanas dessas três regiões (3 845 043) superou os do Norte e Nordeste rural (1 669 562).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Tabela 3 - Domicílios particulares, por situação de segurança alimentar, segundo as Grandes Regiões - 2004

Grandes Regiões	Domicílios particulares					
	Total (1)	Com segurança alimentar	Situação de segurança alimentar			
			Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
Brasil	51 802 121	33 754 206	18 024 439	8 308 975	6 364 308	3 351 156
Norte	3 566 735	1 912 721	1 653 033	654 285	609 129	389 619
Nordeste	13 108 186	6 081 281	7 020 016	2 561 639	2 828 239	1 630 138
Sudeste	23 167 995	16 898 223	6 261 654	3 443 906	1 948 244	869 504
Sul	8 204 345	6 278 100	1 922 189	1 041 019	594 918	286 252
Centro-Oeste	3 754 860	2 583 881	1 167 547	608 126	383 778	175 643

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de situação de segurança alimentar.

Tabela 4 - Moradores em domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2004

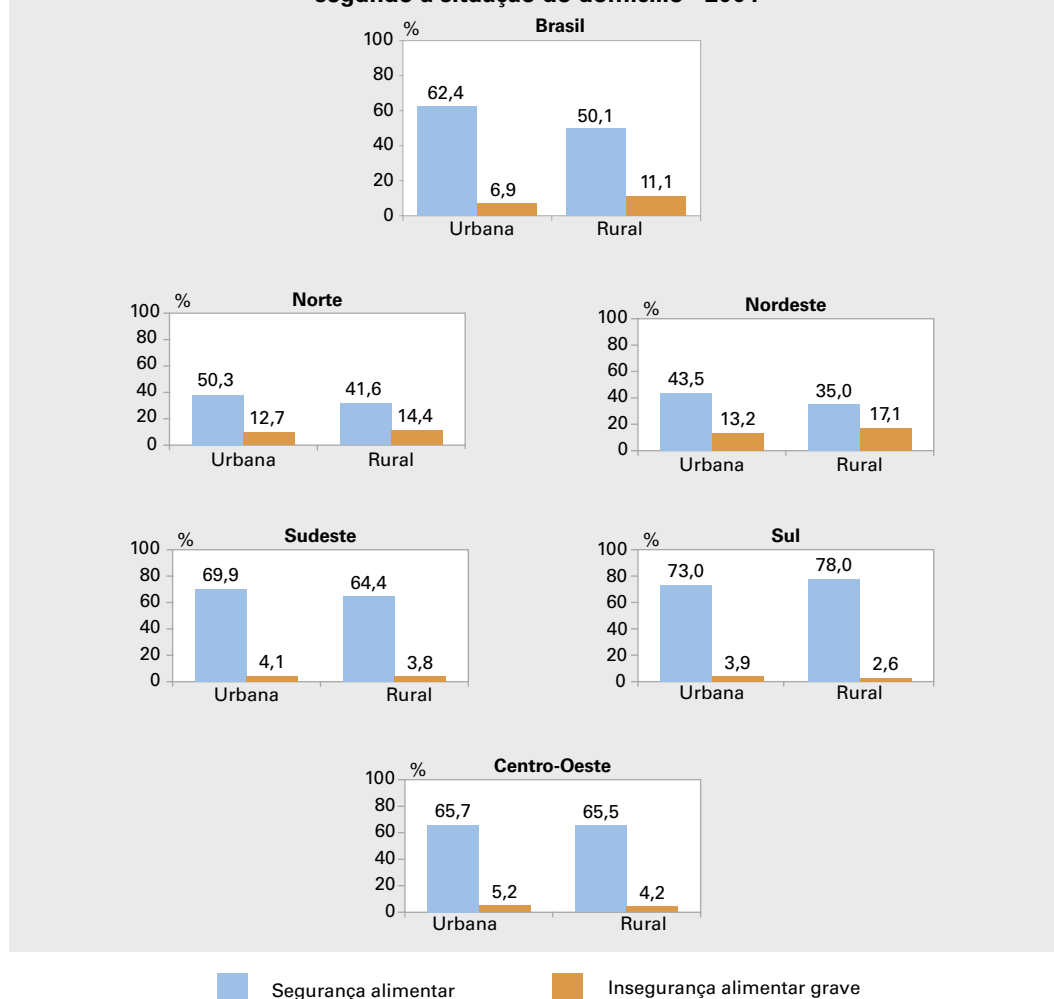
Grandes Regiões	Moradores em domicílios particulares					
	Total (1)	Com segurança alimentar	Situação de segurança alimentar existente no domicílio			
			Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
Números absolutos						
Brasil	181 428 807	109 190 429	72 163 886	32 645 194	25 596 991	13 921 701
Norte	14 384 571	6 885 686	7 496 049	2 771 850	2 824 895	1 899 304
Nordeste	50 363 112	20 615 125	29 732 215	10 547 617	11 943 746	7 240 852
Sudeste	77 338 168	53 694 149	23 618 071	13 164 730	7 293 904	3 159 437
Sul	26 601 243	19 646 854	6 938 172	3 807 869	2 151 219	979 084
Centro-Oeste	12 741 713	8 348 615	4 379 379	2 353 128	1 383 227	643 024
Números relativos (%)						
Brasil	100,0	60,2	39,8	18,0	14,1	7,7
Norte	100,0	47,9	52,1	19,3	19,6	13,2
Nordeste	100,0	40,9	59,0	20,9	23,7	14,4
Sudeste	100,0	69,4	30,5	17,0	9,4	4,1
Sul	100,0	73,9	26,1	14,3	8,1	3,7
Centro-Oeste	100,0	65,5	34,4	18,5	10,9	5,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Nota: Exclusive os moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive os moradores em domicílios sem declaração de situação de segurança alimentar.

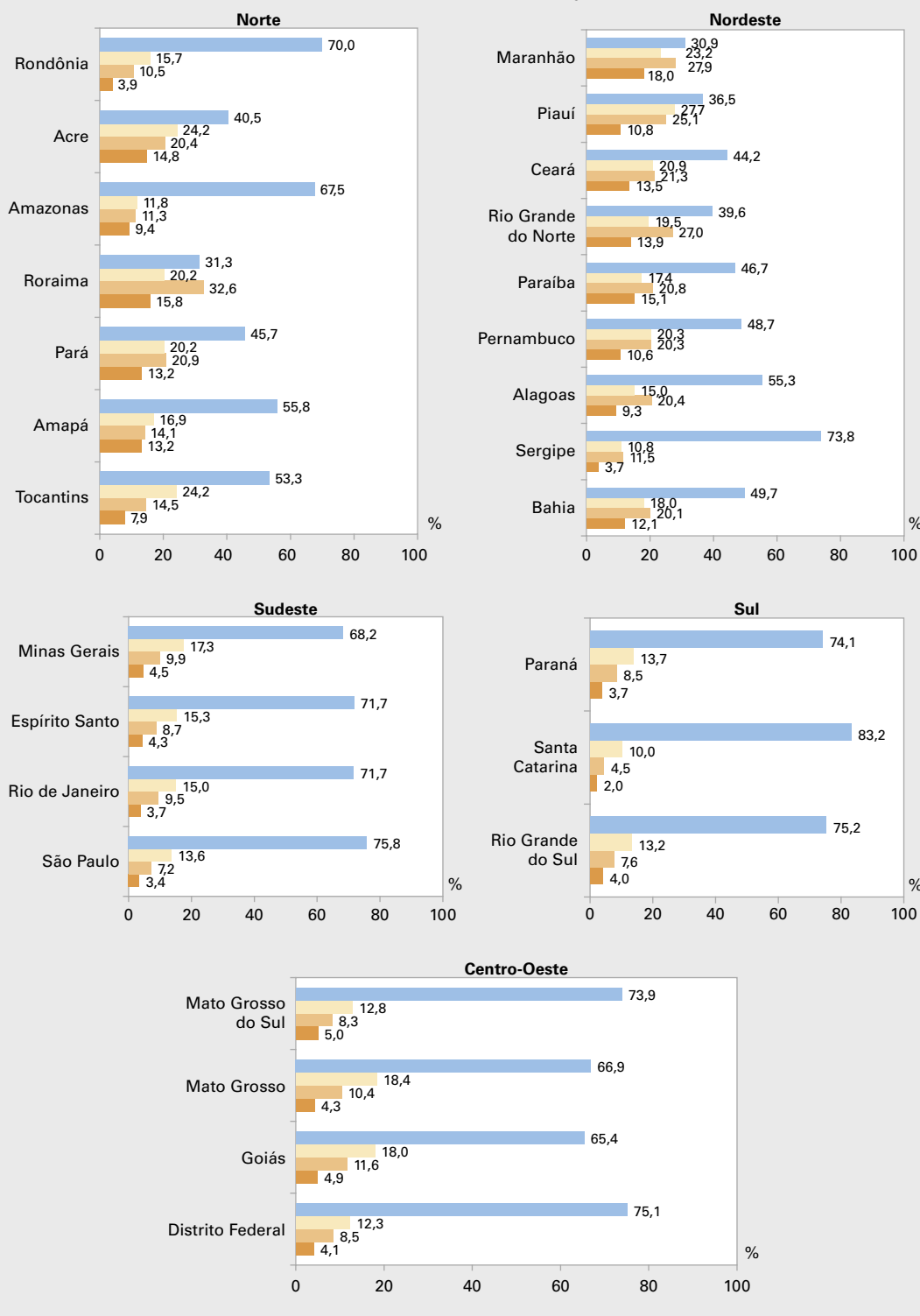
Gráfico 3 - Percentual de população residente, em situação de segurança alimentar e de insegurança alimentar grave existente no domicílio, por Grandes Regiões, segundo a situação do domicílio - 2004



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Observou-se, também, desigualdade importante considerando as Unidades da Federação em cada uma das regiões, especialmente naquelas regiões de mais alta prevalência de IA domiciliar. Nos Estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste, verificaram-se proporções decrescentes da insegurança leve à insegurança grave, enquanto em alguns Estados do Norte e Nordeste a prevalência de insegurança moderada chegou a ser maior que a insegurança leve (Gráfico 4). Na Região Norte, a IA grave variou de 3,9%, em Rondônia, a 15,8%, em Roraima, com valores intermediários, em Tocantins (7,9%), e Amazonas (9,4%). No Nordeste, a prevalência da IA grave mais alta foi encontrada nos domicílios do Maranhão (18%) e Paraíba (15,1%) e a mais baixa em Sergipe (3,7%). Valores intermediários de cerca de 10% foram observados no Piauí (10,8%), Pernambuco (10,6%) e Alagoas (9,3%). As diferenças entre as Unidades da Federação de uma mesma Grande Região foram menores no Centro-Oeste, onde a maior prevalência foi de 5%, no Mato Grosso do Sul, e a menor, 4,1%, no Distrito Federal. No Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentaram 2,0% e 4,0% de insegurança alimentar grave domiciliar, respectivamente. No Sudeste, a prevalência máxima foi de 4,5%, em Minas Gerais, e a mínima de 3,4%, em São Paulo (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares, segundo as Unidades da Federação - 2004



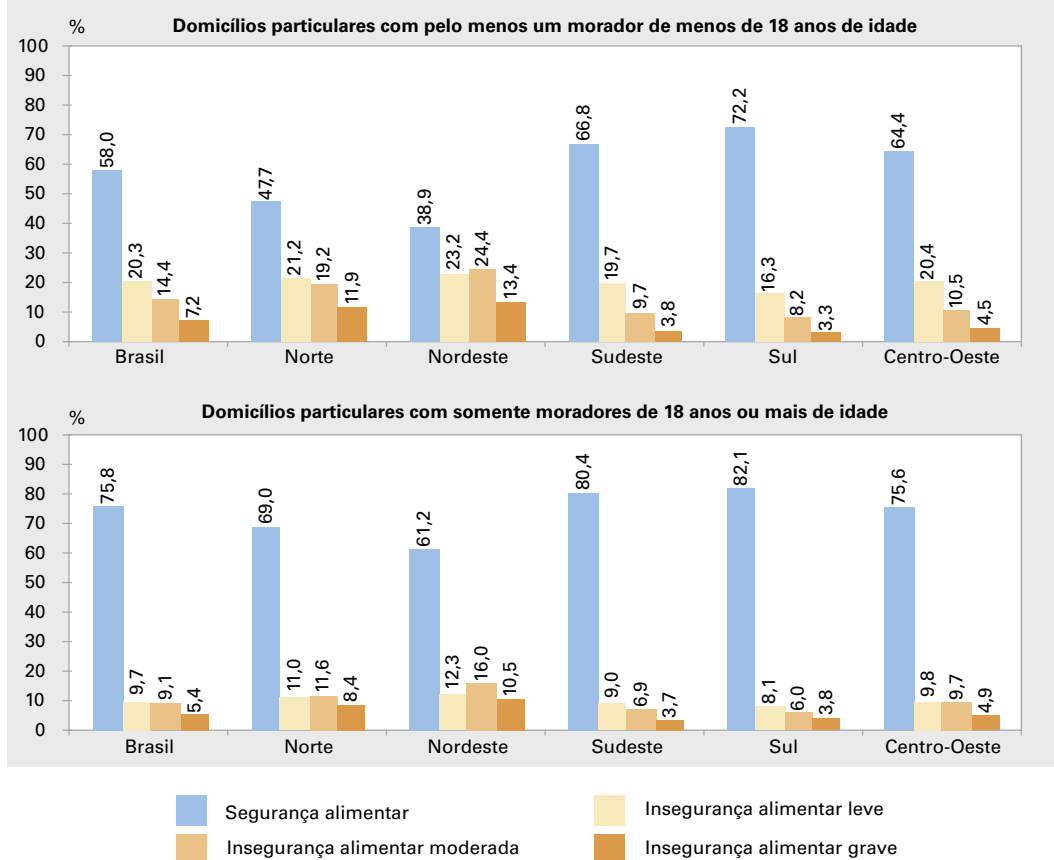
■ Segurança alimentar ■ Insegurança alimentar leve
■ Insegurança alimentar moderada ■ Insegurança alimentar grave

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Segurança alimentar, composição da unidade domiciliar e número de moradores

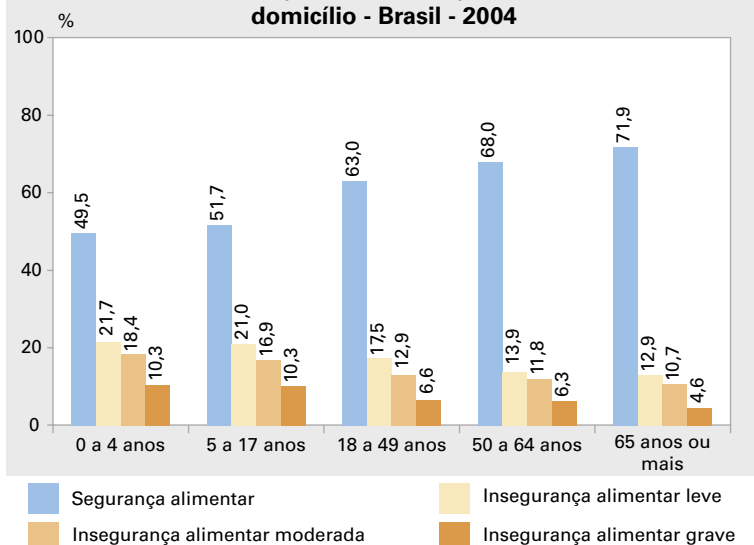
Os resultados da PNAD mostraram que a segurança ou a insegurança alimentar no Brasil, do mesmo modo que em outros países, tem associação forte com a composição da unidade domiciliar. Observou-se prevalência maior de insegurança alimentar nos domicílios em que residiam menores de 18 anos de idade (Gráfico 5) em comparação com a prevalência observada nos domicílios em que todos os moradores são adultos. Foram classificados em situação de segurança alimentar 80,4% dos domicílios da Região Sudeste sem moradores menores de 18 anos. Entretanto, esta proporção foi menor, na mesma região, quando foram analisados os domicílios com pelo menos um morador menor de 18 anos, resultando em 66,8%. Este comportamento dos dados foi sistematicamente o mesmo nas diversas regiões, variando, apenas, a magnitude das diferenças. No Nordeste, as prevalências da condição de SA foram de 61,2% em domicílios onde moravam apenas adultos e de 38,9% naqueles onde residiam, também, menores de 18 anos de idade (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares, com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade e com somente moradores de 18 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões - 2004



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Gráfico 6 - Distribuição da população residente, por grupos de idade, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio - Brasil - 2004



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

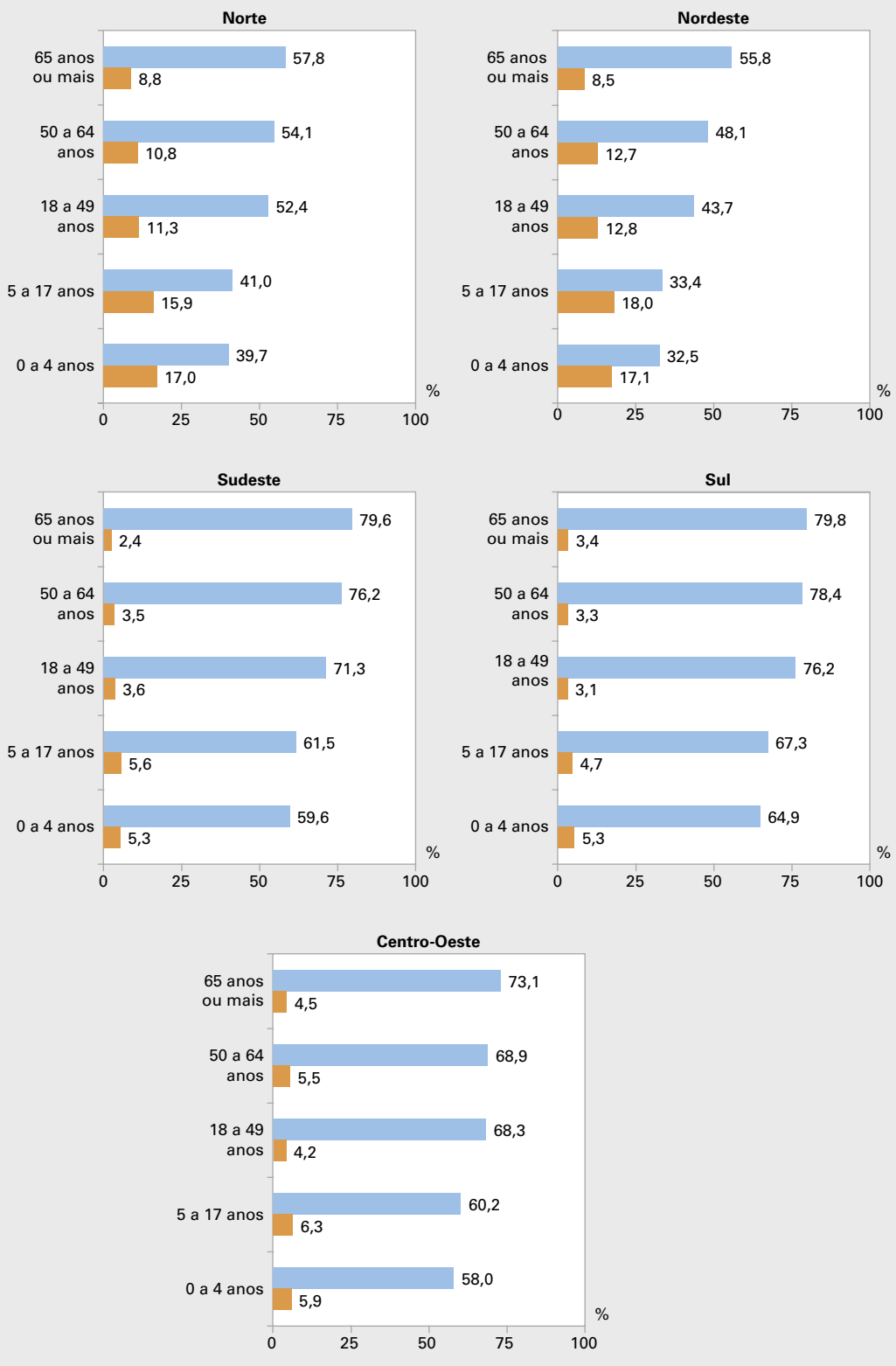
Confirmando a relação mencionada acima, em que se verificou maiores prevalências de IA nos domicílios em que residiam crianças, nos dados do Gráfico 6 observa-se uma relação clara entre as classes de idade dos moradores e a condição de segurança alimentar. À medida que aumentava a idade, aumentavam, também, as proporções daqueles que viviam em domicílios em segurança alimentar e diminuía, conseqüentemente, as proporções dos moradores em insegurança, nos seus diversos níveis. No Brasil, conviviam com insegurança grave 10,3% da população de até 17 anos, sendo esta proporção de 4,6% na população de 65 anos ou mais de idade.

O Gráfico 7 mostra que nas Regiões Norte e Nordeste cerca de 17% das crianças com menos de 5 anos de idade viviam em condição de insegurança alimentar grave, ou seja, conviveram com a fome, “em quase todo dia”, “em alguns dias” ou “em um ou dois dias”, nos 90 dias anteriores à realização da entrevista. A proporção de pessoas com idade de 65 anos ou mais, nessa condição nas duas regiões, foi quase a metade, perto de 9%.

Além da distribuição etária, o número de moradores em cada domicílio também tem impacto no padrão de segurança alimentar. O Gráfico 8 mostra que no Brasil, essa variável interfere, acentuadamente, nas prevalências da condição de segurança alimentar, que foi de 71,8% em domicílios com até três moradores, e de 35,2% em domicílios com sete moradores ou mais. Por outro lado, a prevalência de insegurança moderada ou grave foi de 15,3% em domicílios com até três moradores e de 42,6%, portanto, 2,8 vezes maior, no caso de domicílios com sete moradores ou mais. Este padrão se repetiu ao ser considerada a situação de residência, urbana ou rural. Em áreas urbanas, a prevalência de IA moderada ou grave foi de 14,6% nos domicílios com até 3 moradores e de 40,5% naqueles com sete moradores ou mais. Nas áreas rurais estes percentuais foram de 19,5% e 47,9%, respectivamente. Assim, observou-se que a proporção de domicílios em condição de IA moderada ou grave foi cerca de 2,5 de vezes maior nas unidades domiciliares com mais de sete moradores, em comparação com domicílios de até 3 moradores.

O Gráfico 9 descreve a magnitude dessas diferenças, considerando domicílios onde residia pelo menos uma pessoa menor de 18 anos e aqueles domicílios compostos apenas por moradores adultos. No primeiro caso, comparando domicílios com até 3 moradores e aqueles com 7 ou mais moradores, observam-se prevalências de segurança de 64,6% e de 34,5%, respectivamente, e prevalências da condição de IA moderada ou grave de 16,3% e de 43,1%, respectivamente. As diferenças permaneceram, mas foram bem menos expressivas nos domicílios compostos apenas por adultos, tanto em área urbana quanto em rural.

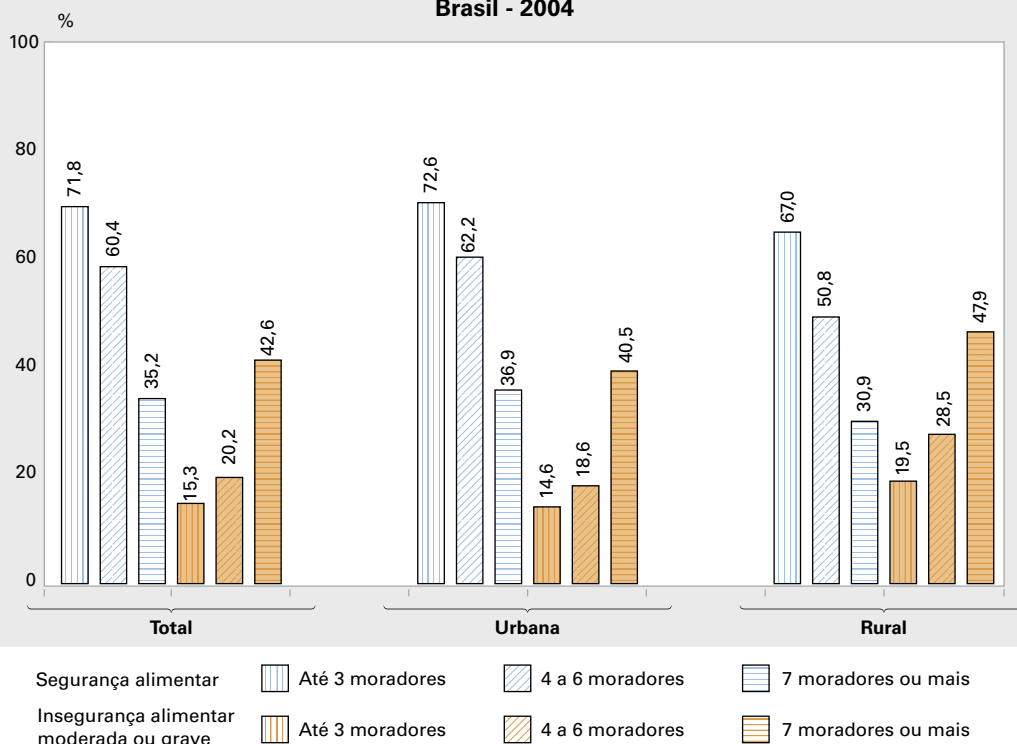
Gráfico 7 - Percentual da população residente, em situação de segurança alimentar e de insegurança alimentar grave existente no domicílio, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade - 2004



■ Segurança alimentar ■ Insegurança alimentar grave

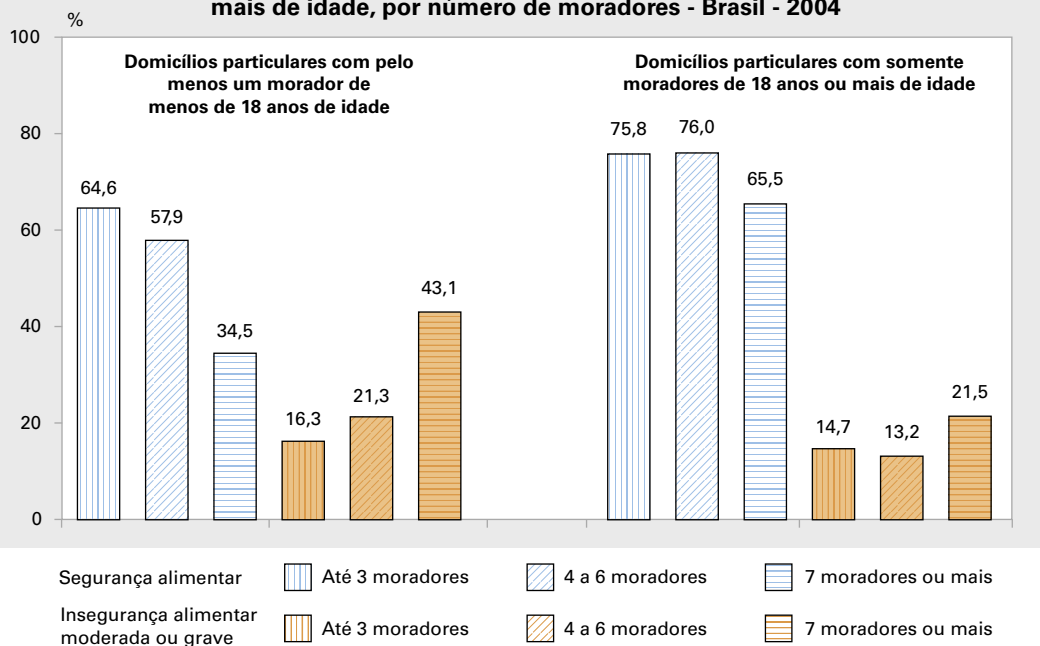
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Gráfico 8 - Prevalência de segurança alimentar e de insegurança alimentar moderada ou grave em domicílios particulares, por situação do domicílio e por número de moradores Brasil - 2004



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Gráfico 9 - Prevalência de segurança alimentar e de insegurança alimentar moderada ou grave, em domicílios particulares com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade e em domicílios com somente moradores de 18 anos ou mais de idade, por número de moradores - Brasil - 2004



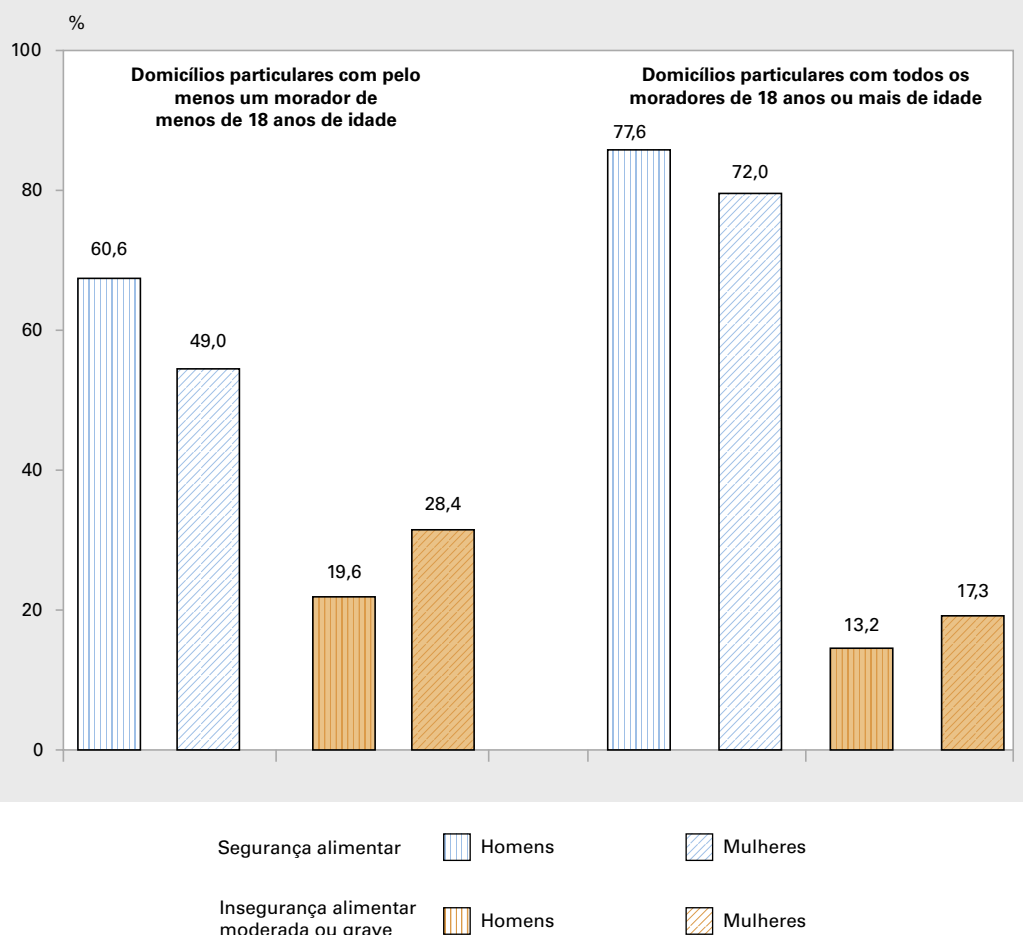
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Segurança alimentar e sexo da pessoa de referência, composição e número de moradores do domicílio

No Gráfico 10, observa-se que a prevalência de insegurança moderada ou grave foi maior em domicílios cuja pessoa de referência era do sexo feminino. Essa diferença foi mais expressiva nos domicílios cuja composição incluía menores de 18 anos. Neste caso, a prevalência de segurança alimentar foi de 60,6% quando a pessoa de referência era do sexo masculino e de 49%, quando do sexo feminino.

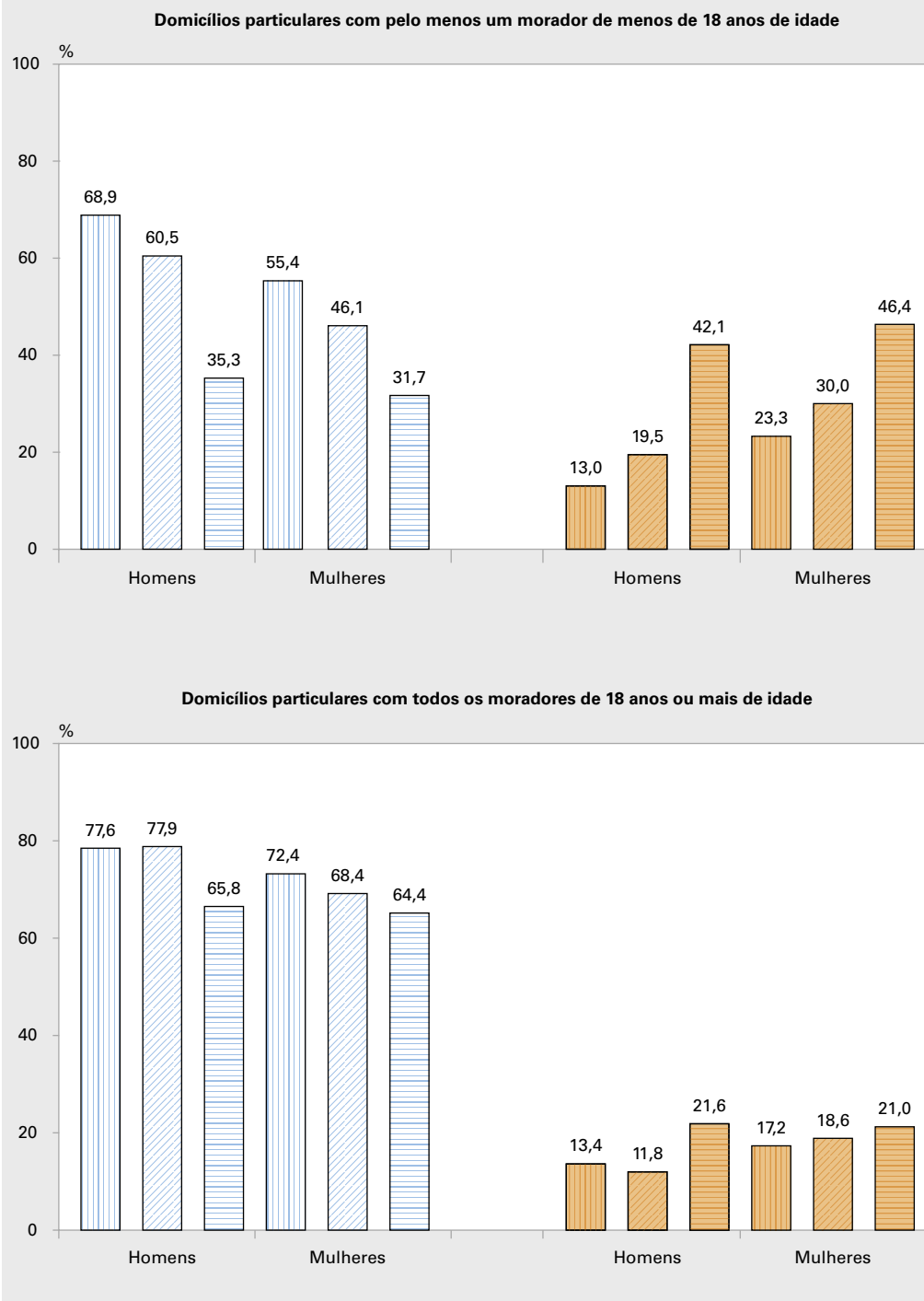
As diferenças de prevalências observadas em separado, segundo o sexo da pessoa de referência e o número de moradores no domicílio persistiram ao analisar simultaneamente ambas as variáveis. O Gráfico 11 apresenta a relação (já observada no Gráfico 8) da condição de segurança alimentar com o aumento do número de moradores, mas com patamares inferiores de SA e superiores de IA moderada ou grave quando a pessoa de referência era do sexo feminino, sendo as diferenças maiores em domicílios com menores de 18 anos.

Gráfico 10 - Prevalência de segurança alimentar e de insegurança alimentar moderada ou grave, em domicílios particulares com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade e em domicílios particulares com todos os moradores de 18 anos ou mais de idade, por sexo da pessoa de referência do domicílio - Brasil - 2004



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Gráfico 11 - Prevalência de segurança alimentar e de insegurança alimentar moderada ou grave, em domicílios particulares com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade e em domicílios com todos os moradores de 18 anos ou mais de idade, por sexo da pessoa de referência e número de moradores - Brasil - 2004



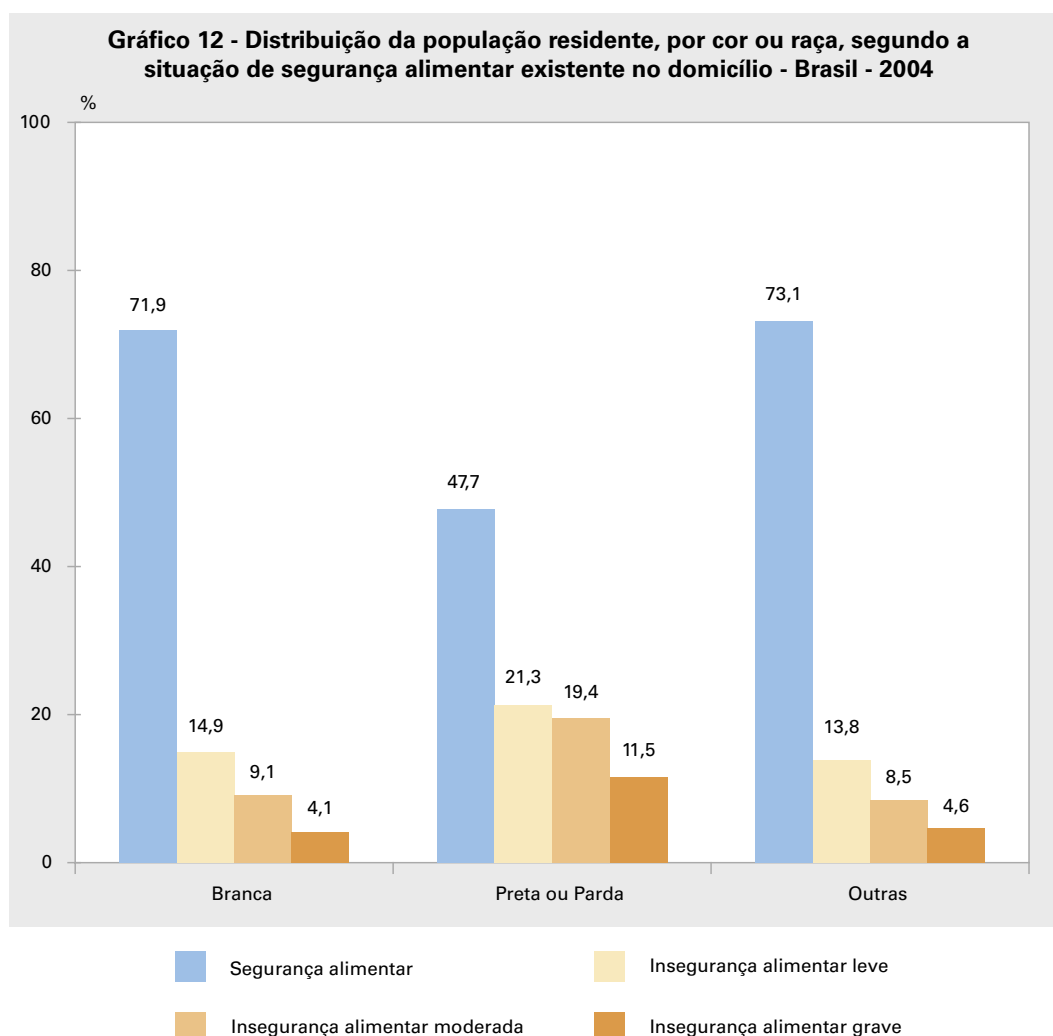
Segurança alimentar Até 3 moradores 4 a 6 moradores 7 moradores ou mais
 Insegurança alimentar moderada ou grave Até 3 moradores 4 a 6 moradores 7 moradores ou mais

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Segurança alimentar e cor ou raça dos moradores

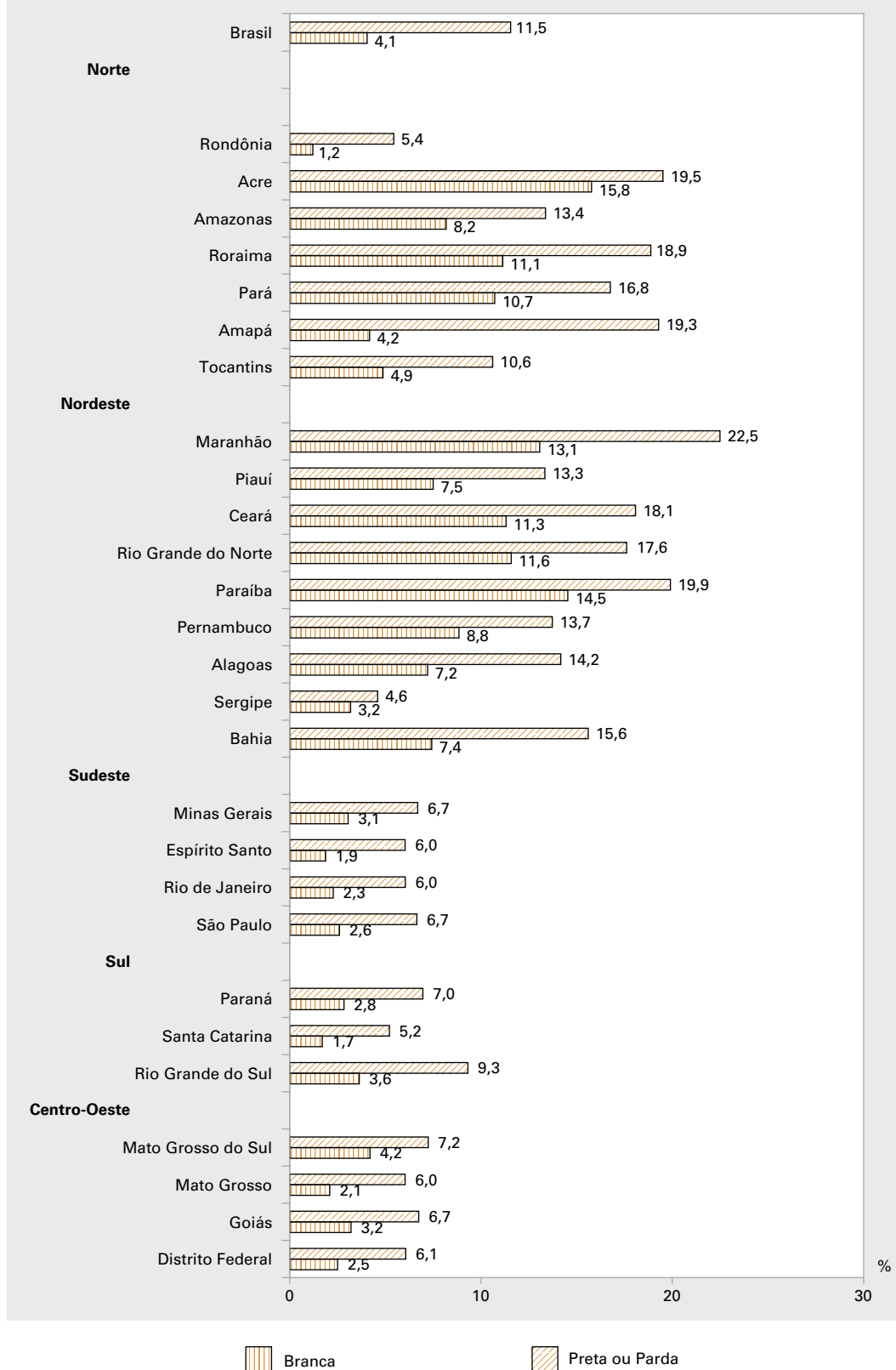
Outra condição que aparece associada à segurança alimentar nos domicílios é a cor ou raça da população, como mostra o Gráfico 12. No Brasil, viviam, em 2004, em situação de insegurança alimentar grave, 11,5% da população preta ou parda, sendo que esta proporção era de 4,1% entre os brancos. Por outro lado, a população com garantia de acesso aos alimentos em termos qualitativos e quantitativos, ou seja, que viviam em domicílios em condição de SA, era de 71,9% entre os brancos e de 47,7% entre os pretos ou pardos.

As diferenças na proporção de IA grave relacionadas à cor ou raça na população do Brasil se reproduziram em todas as Unidades da Federação, como pode ser observado no Gráfico 13, sendo de maior magnitude nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, embora as maiores proporções de população em IA grave tenham sido verificadas no Norte e no Nordeste do País. O mesmo acontece quando se juntam os níveis de maior restrição alimentar, IA grave ou moderada, conforme apresentado no Gráfico 14.



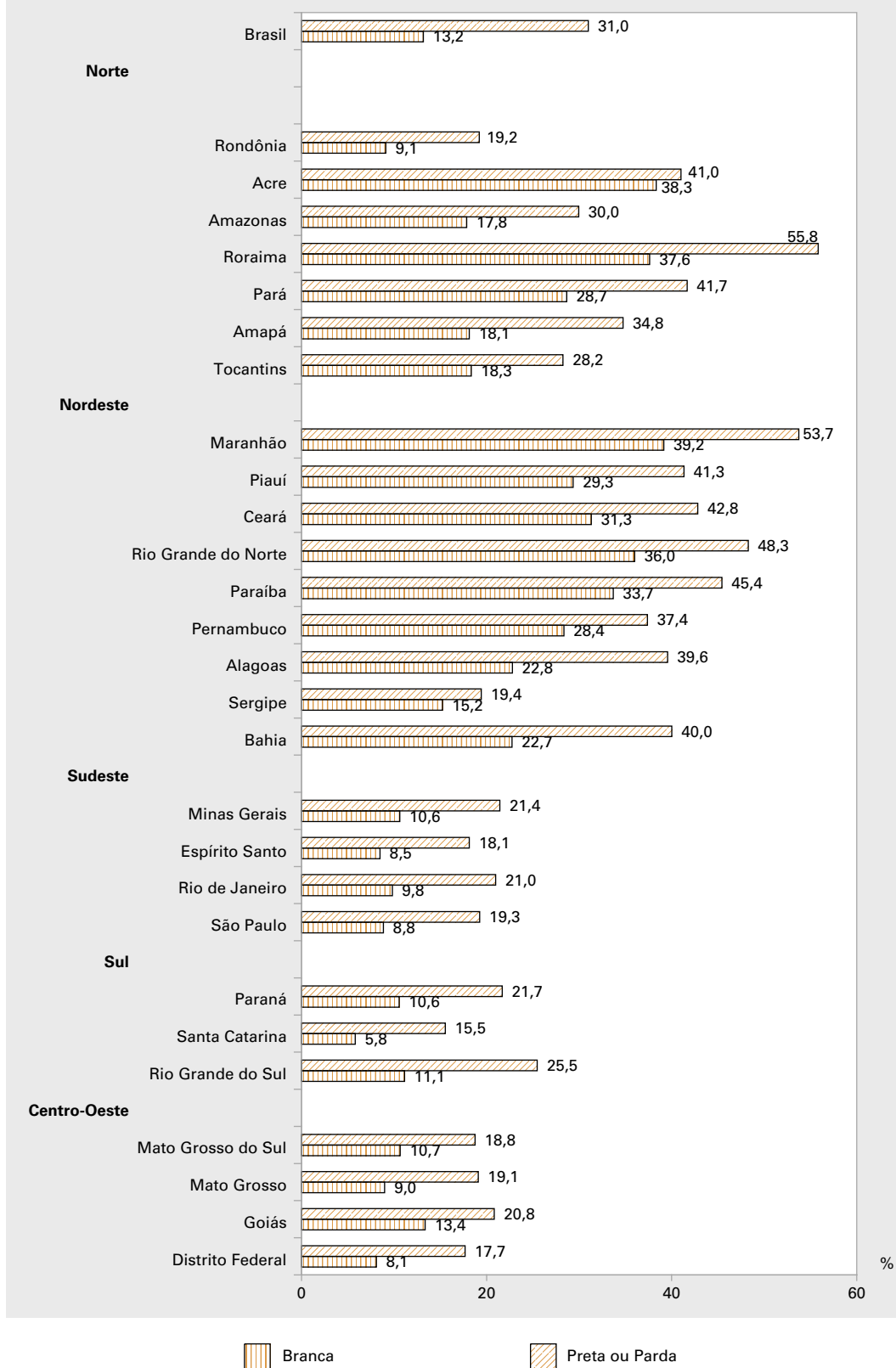
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Gráfico 13 - Percentual da população residente, com situação de insegurança alimentar grave existente no domicílio, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Gráfico 14 - Percentual da população residente em situação de insegurança alimentar moderada ou grave existente no domicílio, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2004



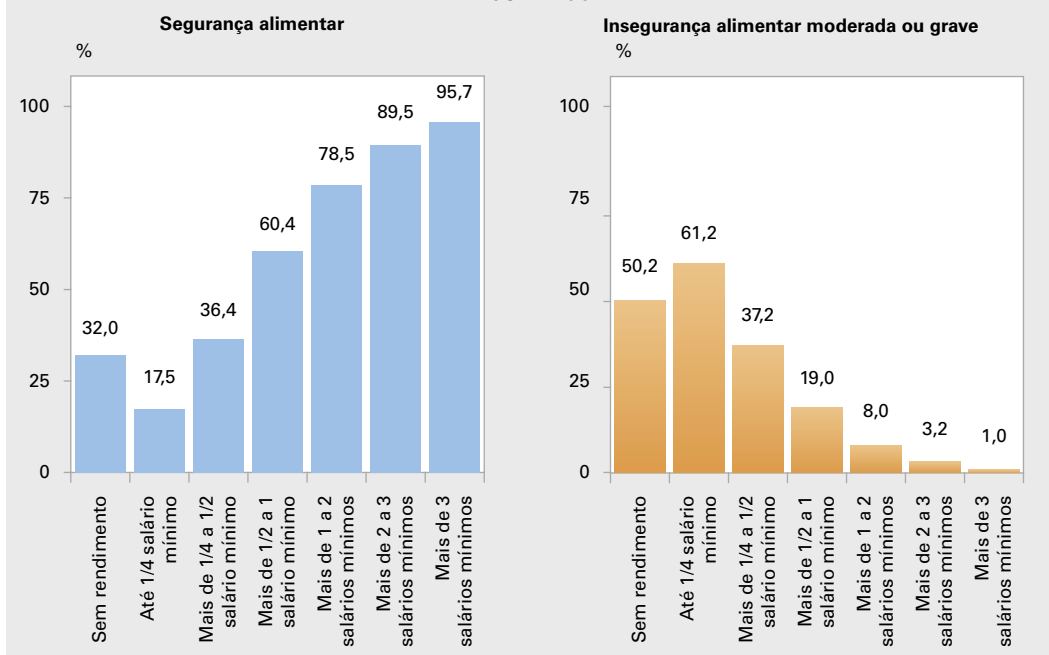
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Segurança alimentar e o rendimento domiciliar *per capita*

Diversos estudos no Brasil e em outros países mostram a forte associação entre rendimento, consumo de alimentos e estado nutricional. Mais recentemente, a disponibilidade de um método e de um instrumento de medida direta da segurança alimentar no âmbito familiar permitiu estimativas da magnitude da segurança alimentar e sua associação com os rendimentos das populações estudadas.

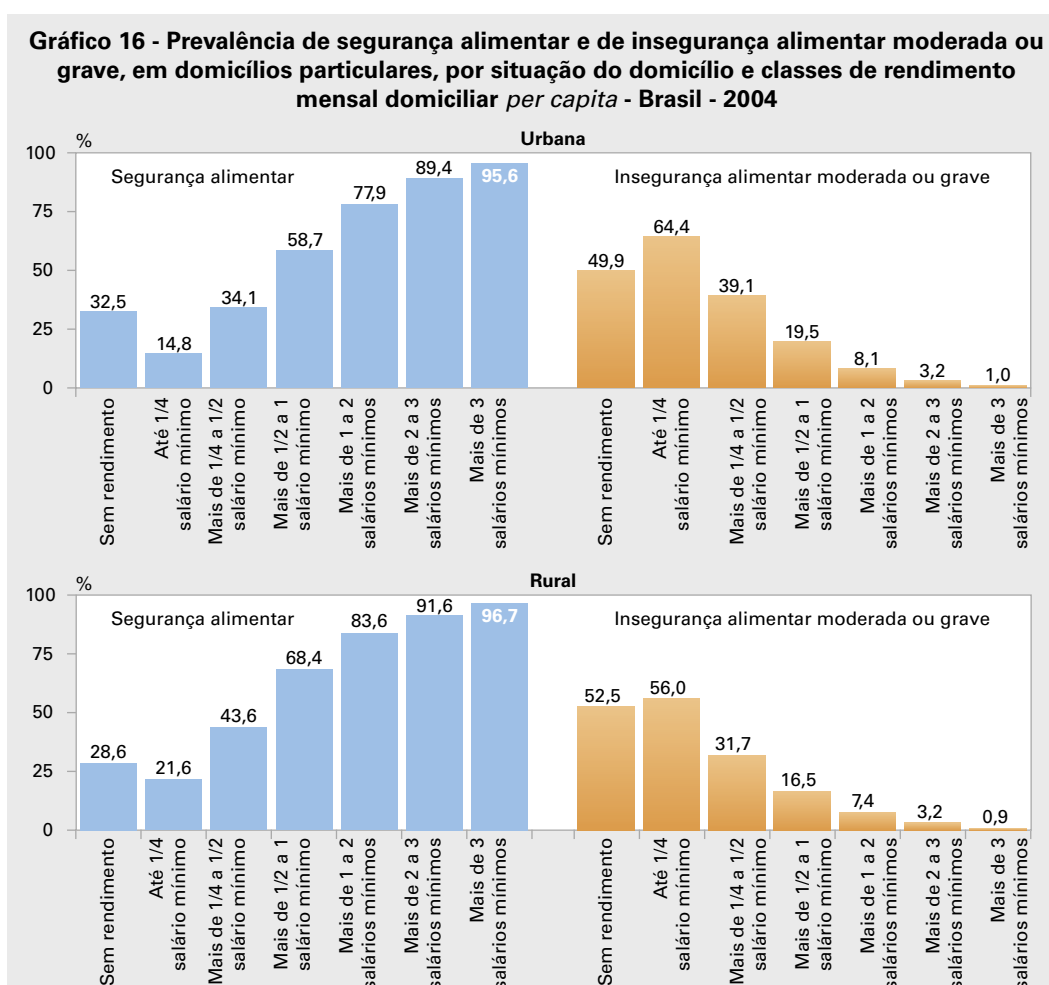
Os dados da PNAD 2004 mostram a magnitude desta associação no Brasil, tanto em áreas urbanas quanto rurais, e, também, nas Grandes Regiões do País. Enquanto a segurança alimentar no Brasil, em 2004, estava presente, em termos médios, em 65,2% dos domicílios, ela ocorria em apenas 17,5% daqueles com rendimento domiciliar mensal *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Nessa faixa de baixo rendimento, a IA moderada ou grave atingia 61,2% dos domicílios, enquanto naqueles de rendimento mensal domiciliar *per capita* de mais de três salários mínimos era de apenas 1% (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Prevalência de segurança alimentar e de insegurança alimentar moderada ou grave em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* Brasil - 2004



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Viviam em domicílios em condição de IA grave 28,6% da população residente no Brasil, cujo rendimento domiciliar mensal não ultrapassava R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) *per capita*, ou seja, até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo *per capita* (Tabela 1.1.1 do Plano Tabular). É possível afirmar que dos cerca de 22 milhões de pessoas que viviam nos domicílios com este rendimento e, também, sem qualquer rendimento, mais de 6 milhões conviveram com a fome no período de 90 dias que antecederam à data da entrevista. Existiam diferenças na prevalência de SA e IA moderada ou grave, segundo a situação dos domicílios (Gráfico 16). Enquanto na área urbana 14,8% dos domicílios que viviam com rendimento domiciliar mensal *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo apresentaram SA, na área rural esta prevalência foi de 21,6%. A diferença entre área urbana e rural repetiu-se para todas as faixas de rendimento, exceto para os sem rendimento e para os com rendimento não-declarado, entre os quais a SA foi maior na área urbana e a IA moderada ou grave foi maior na área rural.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

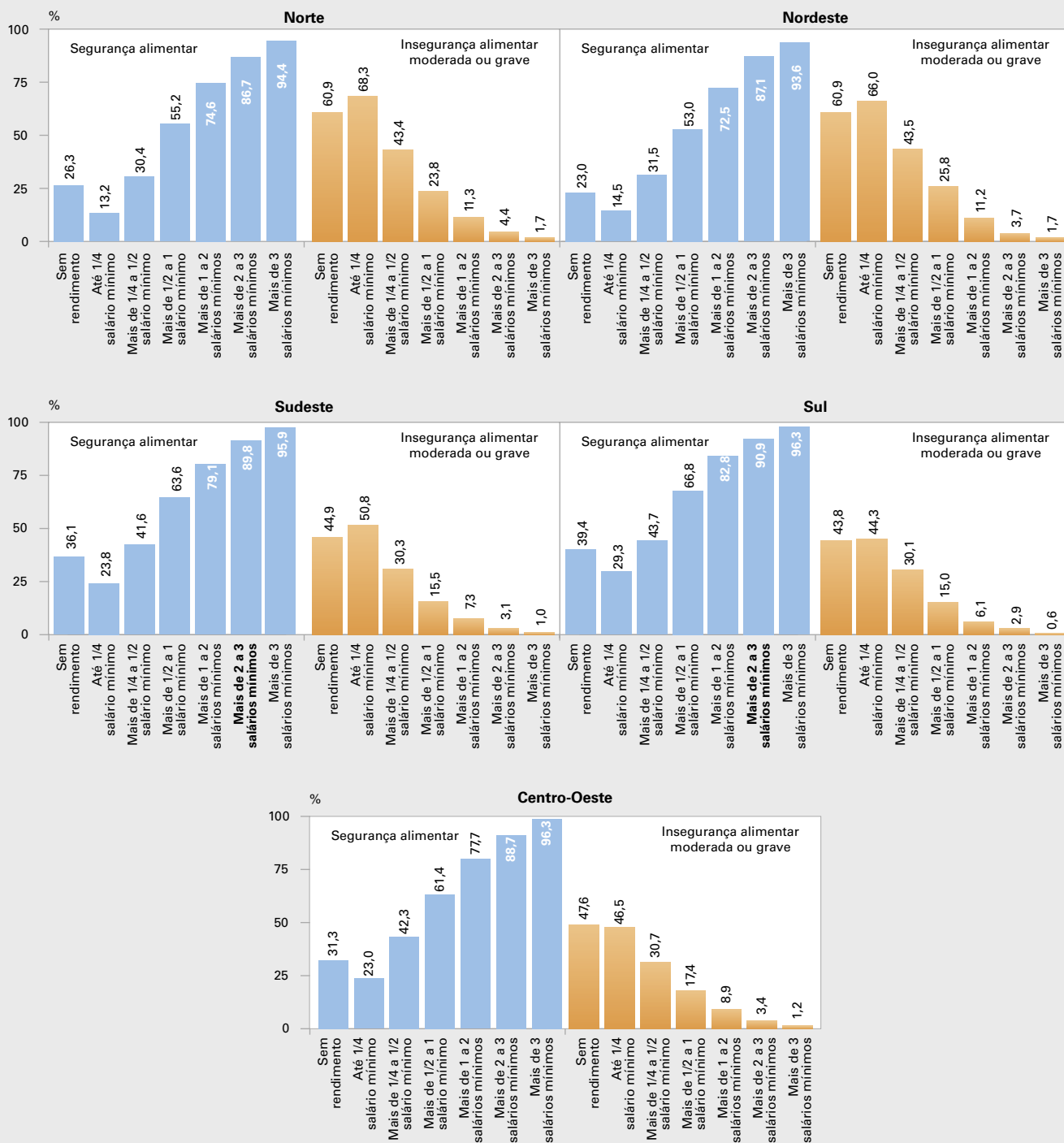
Os resultados da PNAD permitiram analisar as desigualdades existentes no Brasil entre as Grandes Regiões, considerando o rendimento mensal domiciliar *per capita* e sua relação com o maior ou menor acesso de suas populações aos alimentos.

Na Região Nordeste, 12,9 milhões de pessoas, 25,6% da sua população, viviam com rendimento mensal domiciliar de até 1/4 do salário mínimo *per capita*, aí incluídas as pessoas sem rendimento domiciliar, sendo que cerca de 4 milhões destas viviam em IA grave e, portanto, conviveram com a fome “em quase todos os dias;” “em alguns dias” ou “em um ou dois dias;” no período de referência da escala de segurança alimentar. Nas faixas de rendimento superiores a 2 salários mínimos *per capita*, a IA grave atingiu menos de 1% da população.

Nas outras regiões do País, as diferenças do padrão de segurança e insegurança alimentar eram, também, reflexo das desigualdades de rendimentos verificadas nestas regiões. No Norte, entre os 2,3 milhões de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* de até 1/4 do salário mínimo ou sem rendimento domiciliar, cerca de 800 mil (34,5%) viviam em IA grave. Do mesmo modo que no Nordeste, menos de 1% dos moradores de domicílios da Região Norte com rendimento domiciliar *per capita* superior a 2 salários mínimos conviveram com a fome.

Nas outras três regiões, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, foi mantida a relação inversa entre insegurança alimentar e o rendimento domiciliar *per capita*, entretanto com magnitudes diferentes, tanto em termos dos números absolutos dos que viviam com baixos rendimentos quanto na proporção destes em IA grave. Observando-se as unidades domiciliares, comportamento idêntico pode ser notado (Gráfico 17).

Gráfico 17 - Prevalência de segurança alimentar e de insegurança alimentar moderada ou grave, em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2004



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Segurança alimentar e a transferência de renda de programas sociais do governo

Observa-se que dos 8 milhões de domicílios em que algum morador recebeu dinheiro procedente de programa social do governo, 52,1% situavam-se na Região Nordeste, 22,7% no Sudeste, 10,7% no Sul, 8,0% no Norte e 6,5% no Centro-Oeste.

No País, entre os domicílios onde havia pelo menos um morador beneficiário, 34,0% estavam em condição de SA, 25,1% em IA leve, 26,0% em IA moderada e 14,9% em IA grave. Considerando, para fins de análise, domicílios em que algum morador era beneficiário de algum programa social do governo de transferência de renda e aqueles em que nenhum morador era beneficiário, observa-se que a prevalência de SA no primeiro conjunto de domicílios era próxima da metade da prevalência entre os últimos, (34%) e 71,2%, respectivamente. Essa diferença da SA entre domicílios em que algum morador era beneficiário e domicílio em que nenhum morador era beneficiário era superior a 50% no Nordeste (Tabela 5).

Tabela 5 - Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares e número de domicílios, por situação de segurança alimentar e recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência, segundo as Grandes Regiões - 2004

Grandes Regiões	Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares e número de domicílios							
	Com segurança alimentar		Com insegurança alimentar leve		Com insegurança alimentar moderada		Com insegurança alimentar grave	
	Não recebia	Recebia	Não recebia	Recebia	Não recebia	Recebia	Não recebia	Recebia
Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares (%)								
Brasil	71,2	34,0	14,3	25,1	9,7	26,0	4,8	14,9
Norte	59,6	27,0	16,6	25,9	14,6	28,1	9,1	19,0
Nordeste	55,6	27,4	17,6	23,5	17,2	30,7	9,5	18,4
Sudeste	75,9	41,8	13,6	28,4	7,3	20,0	3,2	9,8
Sul	80,3	47,7	11,1	24,5	5,8	18,7	2,8	9,1
Centro-Oeste	72,8	45,2	14,6	26,0	8,7	19,2	3,9	9,6
Número de domicílios particulares								
Brasil	30 823 280	2 737 578	6 175 345	2 020 313	4 182 543	2 098 331	2 094 720	1 201 485
Norte	1 735 496	175 268	483 957	167 557	424 763	181 998	264 376	123 278
Nordeste	4 890 276	1 148 702	1 550 385	986 311	1 514 847	1 288 096	838 276	769 779
Sudeste	16 030 857	764 275	2 866 927	518 541	1 544 495	365 899	665 388	178 833
Sul	5 835 279	412 335	807 132	211 513	419 824	161 703	202 105	79 040
Centro-Oeste	2 331 372	236 998	466 944	136 391	278 614	100 635	124 575	50 555

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Em todas as Grandes Regiões, a prevalência de IA em todos os níveis é maior entre os domicílios em que algum morador era beneficiário. A prevalência de IA leve apresenta maiores diferenças entre beneficiários e não-beneficiários na Região Sul (24,5% *versus* 11,1%) e na Região Sudeste (28,4% *versus* 13,6%) e menor na Nordeste (23,5% *versus* 17,6%). A prevalência de IA moderada, também foi maior entre os do-

micilios que recebiam transferência de renda de programa social do governo, sendo neste caso as diferenças maiores nas Regiões Norte (28,1% versus 14,6%) e Nordeste (30,7% versus 17,2%) e menor na Região Centro-Oeste (19,2% versus 8,7%). Embora a prevalência de IA grave em domicilios em que algum morador era beneficiário seja mais elevada nas Regiões Norte e Nordeste (19,0% e 18,4% respectivamente), a diferença entre essas prevalências em domicilios em que pelo menos um morador recebia transferência de renda de programas sociais do governo, e as prevalências nos domicilios que nenhum morador recebia benefício foram significativas. As primeiras são mais do triplo das últimas nas Regiões Sudeste e Sul, 2,5 vezes maior no Centro-Oeste e próximas do dobro no Norte e Nordeste.

Considerações finais

A utilização da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA na PNAD 2004 disponibilizou, pela primeira vez, um indicador direto sobre segurança alimentar da população, no contexto dos domicilios. As informações geradas, de abrangência nacional, constituem linha de base para conhecimento daquela condição e, para finalizar, são aqui sintetizados os principais aspectos observados nos resultados divulgados.

A composição domiciliar determina diferenças na prevalência de SA, em comparação com domicilios sem menores de 18 anos, a prevalência de SA foi menor nos domicilios com adolescentes e crianças.

Na PNAD 2004 foi observado que, em relação à idade dos moradores, há diferenças na proporção de pessoas que residem em domicilios com SA. Entre os moradores menores de 18 anos de idade e especialmente menores de 5 anos, a proporção em SA foi a menor e aumenta com a idade dos moradores, atingindo a maior proporção entre os idosos, com 65 anos ou mais.

No Brasil, nos domicilios em que a pessoa de referência é do sexo feminino, a prevalência de IA foi sempre maior que nas unidades domiciliares em que é do sexo masculino, situação evidenciada tanto em domicilios urbanos quanto rurais, em todas as Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Em domicilios em que a pessoa de referência era do sexo feminino, que tinham sete ou mais moradores e que na sua composição apresentavam menores de 18 anos, observaram-se as maiores prevalências de IA moderada ou grave.

Nos domicilios classificados na condição de IA grave, foi maior a proporção de população preta ou parda no Brasil e em todas as Unidades da Federação.

Observou-se que no Brasil, assim como em outros países, a proporção de segurança alimentar difere conforme o rendimento domiciliar mensal *per capita*. A prevalência da IA grave é substancialmente maior nos domicilios com rendimentos *per capita* de até 1 salário mínimo. Os dados da PNAD apontam este comportamento para o Brasil como um todo e para todas as Unidades da Federação.